2

Um Histórico da moda

2.1

A moda não é universal.

“Uma vez Luís XIV afirmou que a moda é o espelho da história. Não podemos negar. Conforme se alteram os cenários do nosso mundo, a moda muda. Não há nada que esteja acontecendo hoje que não possa influenciar a maneira de vestir das pessoas. E a história da vestimenta pode nos fornecer uma visão panorâmica da importância que o vestuário assumiu ao longo do tempo e de como a cultura predominante em cada momento o influenciou.” (Embacher 1999:27)

Ao contrário do que podemos pensar, no nosso mundo globalizado, a moda não é algo universal. Por mais que seja muito difícil pensarmos, na contemporaneidade, numa sociedade sem moda, podemos dizer que ela não pertence a todas as épocas ou civilizações. A moda parece ter local e data de nascimento. E talvez, seu mistério esteja aí, como colocou Lipovetsky em 1989, no *Império do Efêmero*, na unicidade do fenômeno que emergiu e se instalou no Ocidente “moderno” e em nenhuma outra parte ou época. Fica portanto a pergunta: Por que a moda emergiu como uma realidade sócio-histórica, característica do Ocidente assim como da própria *Modernidade*?

Segundo Simmel (1971) duas tendências sociais são essenciais para o estabelecimento da moda e caso uma delas esteja ausente ou falte numa sociedade, a moda não se formará. O que o autor diz é que para que a moda, assim como para que qualquer outro fenômeno social, possa nascer numa sociedade são necessários desejos contrastantes: necessidade de união e anseio pelo isolamento. Talvez por isso a moda tenha de fato local e data de nascimento, como ficará mais claro a seguir, pois ela só pôde

aparecer quando esses desejos antagônicos dentro de uma sociedade se tornaram evidentes.

Cabe assinalar que durante milênios a vida coletiva se organizou sem a instabilidade e a temporalidade fugaz da moda. Nas sociedades ditas “selvagens” as regras eram ditadas pela tradição. Sendo assim, o legado ancestral possuía uma legitimidade incontestável. Devido à ausência de estados ou classes, essas sociedades viviam de um passado mítico em que se valorizava a continuidade social e repetiam-se modelos herdados (não só na maneira de aparecer quanto de ser). Parece que, para esses homens, nada mais restava a fazer senão continuar fiel àquilo que lhes era passado pelos seus ancestrais.

Não quero dizer com isso que, na Antigüidade, os seres humanos viviam sem a preocupação pela estética dos corpos. Muitas formações sociais mais “selvagens” podem até ter vivido sem roupa, mas nunca sem enfeites, como disse Embacher (1999), *em Moda e Identidade*, a partir de dados antropológicos. Mas, mesmo sendo muitos, os enfeites, assim como as tatuagens e pinturas, eram fixados pela tradição, passando de geração em geração. Em suma, na Antigüidade, a lógica da moda parecia impossibilitada de nascer dada a total submissão ao passado coletivo. O que parece ter sido ignorado por muito tempo nessas sociedades foi a febre de mudanças e o crescimento das fantasias individuais que são características da moda da atualidade.

Hiperconservadoras e ligadas diretamente ao passado e as suas tradições, essas sociedades impediram o nascimento da moda, pois esta não só glorificava o presente como desqualificava o passado. Mesmo depois do aparecimento do Estado e das classes, as coisas não mudaram muito. Segundo Lipovetsky (1989), para que o reino das frivolidades pudesse aparecer: “...será preciso que sejam reconhecidos não apenas o poder dos homens para modificar a organização de seu mundo, mas também, mais tardiamente, a autonomia parcial dos agentes sociais em matéria de estética de aparências.” (Lipovetsky, 1989 :28). Como já foi dito, os homens não

eram reconhecidos como autores do seu universo social. Eles simplesmente obedeciam a regras, prescrições e interdições sociais de um passado fundador. Durante séculos, os mesmos gostos e maneiras, não só de se vestir como de se sentir, se perpetuaram impossibilitando o surgimento de algo parecido com a dinâmica da moda como ela existe hoje.

Com a moda, o espaço social da ordem tradicional se desfez em benefício de outra ordem de ligação humana, aquela fundada nos decretos da versatilidade e do presente. Desse modo, podemos afirmar que a efervescência temporal da moda, na qual o presente se impôs como eixo temporal, traduziu uma descontinuidade histórica. A radicalização histórica da moda sustentou-se, portanto, na idéia de que só o presente devia inspirar respeito, instituindo assim um sistema social de essência moderna. Fica então explícito que, com o advento da moda, a ruptura maior foi com a forma de socialização que vinha sendo exercida, a da lógica imutável da tradição.

Assim, a moda, como veremos com mais detalhes, no sentido estrito do termo, quase não aparece na Europa Ocidental antes da metade do séc XIV, pois é somente a partir desse momento que as mudanças tornaram-se regras permanentes dos prazeres da alta sociedade. O que nos permite afirmar que a moda só pôde instalar-se como fator “estruturante” de uma sociedade quando o gosto pelas novidades se tornou uma constante. A significação da mudança em matéria cultural inverteu-se: o que até então inspirava medo tornou-se valor social. A legitimidade da renovação e do presente social combinou-se com o advento da lógica individualista.

“Deste ponto de vista a moda é menos signo de ambição de classes do que saída do mundo da tradição, é um destes espelhos onde se torna visível aquilo que faz nosso destino histórico mais singular: a negação do poder imemorial do passado tradicional, a febre das novidades, a celebração do presente social. (Lipovetsky, 1989:10)

Segundo Lipovetsky (1989), o conceito de moda parece ter surgido no final da Idade Média (séc XIV), quando apareceu um tipo de vestuário diferenciado para os dois sexos: curto e ajustado para o homem, longo e justo para a mulher. No Egito antigo, o mesmo tipo de túnica, comum aos dois sexos, manteve-se por quase quinze séculos. Sendo assim, podemos trazer à discussão essa revolução no vestuário como tendo lançado as bases para um modo de se vestir “moderno”. Apesar de o lugar dessa mudança no vestuário ser controvertido, sabe-se que, entre 1340 e 1350, a inovação difundiu-se por toda Europa Ocidental. Foi a partir desse momento que as mudanças aumentaram e as variações tornaram-se mais presentes.

Mas, devemos ressaltar que a expansão social da moda não atingiu imediatamente as classes menos abonadas, ou melhor, subalternas. Durante séculos, o traje de moda permaneceu um consumo luxuoso e prestigioso confinado às classes nobres e o vestuário respeitava globalmente a hierarquia das condições. Os éditos *suntuários* proibiam as classes plebéias de se vestirem como os nobres. Fica claro que, desde esse período inicial, a moda já revelava seus traços sociais e estéticos característicos, mas apenas para grupos muito restritos que monopolizavam o poder de criação e iniciativa. Podemos dizer que esse foi o período artesanal e aristocrático da moda.

A partir do séc XIII e XIV, com o desenvolvimento do comércio e dos bancos, os burgueses começaram a fazer fortuna, o que contribuiu para uma mudança desse quadro. Para a maioria dos historiadores o conceito de moda surgiu no início da Renascença (séc XIV/XV), na corte de Borgonha, com o crescimento das cidades e organização da vida social nas cortes. O movimento cultural Renascentista, com berço na Itália, tornou a sociedade mais aberta e a igreja começou a perder poder. O surgimento da moda acompanhou o fim do crescimento medieval, quando os camponeses abandonaram as terras e o trabalho agrícola, enfraquecendo a economia do senhorio rural.

“Mas, a moda só pôde ser um agente da revolução democrática porque foi acompanhada mais fundamentalmente por um duplo processo de conseqüências incalculáveis para a história de nossas sociedades: a ascensão econômica da burguesia, por um lado e o crescimento do estado moderno por outro, os quais juntos puderam dar uma realidade e uma legitimidade aos desejos de promoção social das classes sujeitas ao trabalho.”
(Lipovetsky 1984: 42)

O impulso das cidades, o estabelecimento das feiras e feitorias além da intensificação das trocas comerciais permitiram o aparecimento de novos núcleos de grandes fortunas. Com o dinheiro agora circulando nas mãos dos burgueses, apareceu “*nouveau riche*” (*novo rico*) que, com bom padrão de vida, começou a vestir-se como os nobres, coberto de jóias e tecidos preciosos. A burguesia se abriu para uma nova vida e, nela, graças ao desenvolvimento do comércio, começou a deter o lucro e, conseqüentemente, a romper com os valores da igreja. Adotou valores ligados ao Humanismo, doutrina Antropocêntrica, em que o homem é tido como o centro de tudo.

Pela maior proximidade na área urbana, os burgueses começaram a imitar os nobres e, quando os burgueses copiavam, os nobres inventavam algo novo e, assim, fizeram a engrenagem da moda funcionar. Conforme Lipovetsky (1989): desse duplo movimento de imitação e distinção nasceu a mutabilidade da moda. Foi nessa época também, não só na Itália, como na França e Espanha, que se multiplicaram as *leis suntuárias*, tentando inicialmente proteger as indústrias nacionais e impedir o esbanjamento de metais raros e preciosos. Mas, essas leis pretendiam também dar conta do que estava acontecendo, além de lembrar a cada um seu lugar na ordem hierárquica, proibindo o uso de determinadas roupas, cores, etc, que eram reservadas exclusivamente à nobreza, sob pena de pagamento de multas altíssimas. As proibições eram tantas que o uso da cor vermelha chegou a ser uma reivindicação da revolta dos camponeses na Alemanha.

Durante séculos, múltiplos decretos proibiram as classes plebéias de imitar tecidos, acessórios e até vestuários dos nobres. Mas, apesar de todas essas ameaças e multas, as *leis suntuárias* jamais tiveram muita eficácia, foram transgredidas na maioria das vezes. Foi somente por volta de 1620, na França, que as leis deixaram de ser segregativas. Elas continuaram sendo objeto de interdição em matéria de vestuário, mas já não faziam menção a estados ou condições e se dirigiam a todos os indivíduos. Apesar desse avanço, foi apenas em 1793 que se declarou o princípio democrático da liberdade no vestuário, com o decreto da Convenção. Um decreto que veio apenas rematar uma realidade já existente há mais de dois séculos nas camadas superiores e médias.

É importante ressaltar que, apesar da forte influência da expansão econômica no nascimento da moda, seria inexato apreendermos esse dado como causa principal. Pois a sociedade só pôde entregar-se aos prazeres da sofisticação graças a uma outra particularidade do Ocidente: estar sempre ao abrigo das invasões externas. A constância da identidade cultural Ocidental pode ser tida, portanto, como uma das raízes do nascimento da inconstância da moda.

Todavia não podemos esquecer que a moda só ganhou impulso quando o Ocidente conheceu as guerras, pestes e epidemias. A efervescência da moda e as dificuldades financeiras de uma parte da nobreza caminharam juntas. Podemos dizer agora que a moda já nasceu paradoxal. Depois dessa panorâmica acerca do seu nascimento, fica claro que nenhuma teoria da moda pode se restringir aos fatores econômicos e materiais, pois a força desse fenômeno parece se encontrar menos na dinâmica econômica do que na lógica social.

Foi só no final da Idade Média que a individualização da aparência conquistou seu direito de cidadania, influenciando diretamente no nascimento da moda. Nas cortes, tornou-se uma paixão, assim como uma aspiração legítima, ser diferente e único, fazer-se notar pelos signos da individualidade. A moda, como um sistema, parece ser também inseparável

do “individualismo” ou melhor, de uma relativa liberdade deixada às pessoas para aceitar ou rejeitar as novidades. Essa celebração da individualidade teve como efeito ajudar no rompimento com o mundo das tradições, além de estimular as imaginações pessoais. Como postulou Lipovetsky: “*A afirmação do uomo singulare desencadeou um processo de inovação constante nas formas e nos estilos, de uma ruptura com a norma tradicional fixa.*” (Lipovetsky 1989:60)

Parece que, com o advento da moda, a primazia da lei imutável do grupo cedeu lugar não só à valorização da mudança como da individualidade. Os trajes mudavam agora em função das vontades dos poderosos. O vestuário passava então a ser reflexo das preferências dos soberanos, não pertencia mais à memória coletiva.

Mas de onde nasceu o processo de individualização da aparência característico da moda?

O motor da moda começou a funcionar quando a estratificação social, no alto da hierarquia, já era mais fluida em virtude dos movimentos de ascensão plebéia. Quando as barreiras sociais se tornaram menos intransponíveis e os privilégios de nascimento começaram a sofrer concorrência do poder das fortunas, surgiram competições pelo prestígio e títulos distintivos, o que contribuiu para impulsionar a dinâmica da moda. Dessa forma, a questão do nascimento da moda não pode deixar de levar em consideração as transformações que afetaram as disposições e aspirações da elite social como, por exemplo, as estratégias de distinção e rivalidades de classes.

Mas o que a moda parece ter instituído de novidade foi uma nova relação entre os indivíduos e a sociedade: ela, simultaneamente, impôs uma “regra” de conjunto e cedeu lugar às manifestações pessoais. E, segundo Lipovetsky (1989), talvez seja essa sua grande originalidade: ter aliado conformismo de conjunto à liberdade nas pequenas escolhas. Esse fato se evidencia no vestuário no qual, junto de uma estrutura que é imperativa, temos acessórios e elementos decorativos muito diferenciados.

“A moda não é o corolário do conspicuos consumption e das estratégias de distinção de classes; é o corolário de uma nova relação de si com os outros, do desejo de afirmar uma personalidade própria que se estruturou ao longo da Segunda Idade Média nas classes superiores.” (Lipovetsky 1989:59)

A emergência da moda não pode tampouco ser separada da “revolução cultural” iniciada na virada do séc XII, na classe senhorial, com a promoção dos valores cortesês. O ideal cortês instituiu normas que exaltavam o bem falar, as boas maneiras além do amor pela linguagem e belos objetos. E, como a moda não é somente marca de distinção social, é também prazer dos olhos e da diferença, fica evidente a influência do ideal cortês.

O amor cortês instituiu uma nova relação entre os sexos. Os homens deveriam agradar e cortejar a mulher não só pelo lirismo de suas palavras como também pela sofisticação de sua aparência. Como já foi mencionado antes, as modificações na estrutura do vestuário masculino e feminino em 1350 foram sintomas dessa nova estética da sedução. Esse novo tipo de amor parece também ter contribuído para o processo de individualização dos seres, já que ele legitimou a escolha livre dos amantes. Vemos com isso que o amor cortês está duplamente implicado na gênese da moda.

Mas foi mesmo no séc XIV que a moda começou a obedecer ao fascínio do refinamento dos detalhes. O surgimento da moda pode ser visto assim mais como signo do gozo estético (do prazer de ver) do que como crescimento das riquezas ou reflexo do novo sistema de relações sociais na corte. A moda apareceu no século em que a arte apresentava uma nítida tendência ao excesso. Nos sécs. XIV e XV o gosto pelo exotismo, pelo raro e pelo exagero (pela visão de hoje, uma verdadeira fantasia), correspondentes da cultura cortês impuseram-se nas formas culturais. Podemos observar essa proliferação do ornamento principalmente nas miniaturas góticas. Mas enquanto na arte as formas Barrocas se misturavam com as clássicas, na moda o espírito Barroco se impunha completamente.

A legitimação da expressão individual, mesmo que ainda em vigor apenas nos limites da elite social, pode ser observada através do aparecimento da autobiografia, do retrato e auto-retrato realistas, ricos em verdadeiros detalhes. Nos sécs XIV e XV podemos ver nas artes, não só literárias como plásticas, a nova dignidade reconhecida naquilo que é singular nos seres humanos, fato que contribuiu para alavancar a moda. E, para finalizar, não podemos deixar de explicitar que aspectos religiosos têm também influência no surgimento e estabelecimento da moda no Ocidente. Na religião cristã, o mundo criado era louvado em sua beleza, o que dava legitimidade aos trajes, pois estes ampliam a beleza humana.

Vimos que uma lógica como a moda, a qual abarca aspectos não só da vida individual como social, cultural e estética, não pôde aparecer senão por uma complexidade de fatores que, mesmo sendo absolutamente independentes entre si, tiveram cada um sua importância própria. Torna-se impossível compreender o aparecimento da moda sem ligá-la a predisposições gerais próprias da Europa Ocidental. Mas o paradigma sociológico de distinção de classes, que subsistiu durante muito tempo, não pôde mais vigorar.

Como postulou Lipovetsky (1989), devemos fugir de uma visão reducionista e positivista do fenômeno, já que ela é incapaz de explicar a moda no que ela tem de mais significativo: sua lógica da inconstância e de grandes mutações organizacionais. Podemos dizer que na história da moda, se é que existe uma, foram os valores e significações culturais modernos que deram voz ao Novo, assim como ao indivíduo, que tornaram possíveis o nascimento e estabelecimento da moda no final da Idade Média. Pensar a moda exige, portanto, que se saia da periodização clássica, em séculos ou décadas, apesar desse histórico ser o ponto de partida e a fonte informação incontornável acerca de toda e qualquer reflexão sobre a moda.

No histórico que traçaremos a seguir serão tratadas as modificações cruciais na moda, mas sem perder de vista certa continuidade que perdura nesse sistema e que assegura sua identidade. E, por exibir os traços mais

significativos da problemática, o vestuário será nosso foco de investigação por proporcionar uma certa unidade dentro de toda a heterogeneidade da ordem moda.